

A PROBABILIDADE E AS PREMISSAS IMPLÍCITAS DO ENTIMEMA NA ARTE RETÓRICA DE ARISTÓTELES

Joelson Santos Nascimento
Mestre em Filosofia
Professor do Instituto Federal de Sergipe

RESUMO: O objetivo deste artigo é o de mostrar o conceito de entimema abordado por Aristóteles em sua *Arte Retórica* e suas implicações no que diz respeito ao seu caráter provável e suas premissas implícitas. Para isso devemos entender, em primeiro lugar, sua estrutura dialética; em seguida, a partir da análise de Walton e Bertrand, levantamos a questão se o entimema é de fato um instrumento eficaz na arte de persuadir.

PALAVRAS-CHAVE: Entimema. Dialética. Probabilidade.

ABSTRACT: The aim of this paper is to show the concept of enthymeme approached by Aristotle in his *Rhetoric Art* and its implications with regard to its probable nature and its implicit assumptions. For this we must understand, first, its dialectical structure; then from the Walton analysis and Bertrand we raise the question of whether enthymeme is indeed an effective tool in the art of persuasion.

KEYWORDS: Enthymeme. Dialectic. Probability.

1. A Dialética aristotélica

No livro I da *Arte Retórica (Ret.)* Aristóteles diz:

A retórica é ‘a outra face’¹ da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento [dialética], defender-se ou acusar [retórica] (*Rt.*, I, 1,1355a).

Nos *Tópicos* (I, 100b), fica clara essa conformidade, pois, segundo Aristóteles, raciocinar dedutivamente é discursar tendo como elementos premissas a partir das quais é gerada uma conclusão diferente delas mesmas. Ora, uma demonstração é aquela que parte de premissas verdadeiras, mas, para uma proposição ser considerada verdadeira, ela deve ser crível por si mesma e não por outras proposições. As premissas do silogismo dialético, porém, têm tão somente caráter verossimilhante, isto é, são aceitas ou por todos ou pela maioria ou pelos mais sábios (*Top.*, II, 100b). Segundo Aristóteles, a dialética e a retórica tratam de questões do cotidiano, não correspondendo a uma ciência particular, pois, quando se defende ou se examina uma tese, ou quando se apresenta uma defesa ou uma acusação (seja fortuitamente ou por hábito), estamos no campo tanto de uma quanto da outra: “De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam

¹Ἀντίστροφος: de acordo com o dicionário Grego Português de Isidro Pereira, é formada pela proposição ἀντί que pode ser traduzido por “em lugar de”, “igual a”, “tanto como” “em troca de” e “em comparação de”. De acordo com Júnior, (et. al. *Rt.*, p. 93) “na lírica coral, a estrutura métrica de uma στροφή repete-se na ἀντίστροφή, representando a primeira o movimento numa direção, e a segunda o movimento contrário. Ambos, porém, em coordenação oposta e complementar, como artes que têm semelhanças gerais e diferenças específicas.” Já Oliver Reboul (2004, p.8) diz que o termo é confuso, pois Aristóteles, na *Arte Retórica*, em 1355a, fala como se a retórica fosse um tipo de aplicação da dialética. Em 1355a, Aristóteles afirma que a retórica se assemelha à dialética, tendo com ela uma relação de analogia. Ou seja, em um momento ela é uma parte da dialética e em outro ela é um tipo de arte autônoma que apenas possui semelhanças com a dialética. Bárbara Cassin, em sua obra *Aristóteles e o logos* (1999, p. 66-67), justifica essa semelhança porque o raciocínio está inserido nas três formas de persuasão. Tanto a Dialética, com base em raciocínios endoxais nos *Tópicos*, como o raciocínio científico, proposto nos *Segundos Analíticos*, fundamentam-se na estrutura do silogismo encontrada nos *Primeiros Analíticos*. A retórica, então, reúne todos estes elementos: raciocínio dialético, dedutivo e indutivo sobre o prisma da persuasão nomeado por Aristóteles de exemplo e entimema.

de uma e de outra, pois todas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender ou acusar” (*Rt.*, I, 1354a).

Por acaso ou por hábito, todos pretendem alcançar através de suas palavras uma só finalidade: a persuasão. Como esse objetivo não está nela mesma, a retórica é classificada por Aristóteles como arte (*téchnē*). A retórica, porém, é um tipo de arte diferenciada das outras, pois as demais possuem um objeto que lhes é próprio, como a medicina no que diz respeito à saúde, enquanto a retórica não possui um gênero particular. A partir disso, Aristóteles define a retórica como o estudo do método da persuasão aplicado a casos distintos, ou seja: “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (*Rt.*, I, 1355b). Assim, do mesmo modo que é função da dialética discernir entre o silogismo falso e o silogismo aparente, é função da retórica distinguir entre o que é e o que não é verdadeiramente suscetível de persuadir. A citação no início do texto já nos indica a importância que terá a dialética na produção de entimemas. Vamos então aos *Top.*, para entendermos essa relação.

Aristóteles inicia sua obra mostrando que seu objetivo é o de desenvolver um método pelo qual uma pessoa seja capaz de raciocinar sobre qualquer tema tendo por base premissas aceitáveis pela maioria das pessoas (*Top.*, I, 1, 100a). Essas premissas são conhecidas como *éndoxa*. Um exemplo seria o conceito que temos de “normal” e “maturidade”. A maioria das pessoas, de uma determinada sociedade, por exemplo, concordaria com o significado desses termos, pois, apesar de não possuírem uma demonstração científica sobre eles, a concordância serviria como base de entendimento entre as pessoas. Aristóteles, dessa forma, “substitui a pergunta científica: ‘o que é?’ por esta outra: ‘o que lhe parece?’” (REBOUL, 2004, p. 8). A dialética então poderia ser definida como um conjunto de regras que permite a uma pessoa raciocinar sobre quaisquer temas tendo como fundamento os *éndoxa*. Para Smith (1998, p. 6), Aristóteles não define o termo dialética, pois se o seu objetivo é encontrar um método, isso significa uma clara diferença entre dialética e arte dialética. Assim como a retórica, a dialética é preexistente à sua obra; logo, o que o estagirita pretende com os *Top.* é descobrir uma técnica que permita a análise de sua estrutura e um caminho que permita a qualquer um atingir o mesmo objetivo: defender ou negar uma tese. Isso nos será útil, pois ao invés de defender o negar, o entimema terá a função de persuadir, tendo a mesma característica de um argumento dialético.

O raciocínio dedutivo “é um discurso no qual, dadas certas premissas, alguma conclusão decorre delas necessariamente, diferente dessas premissas, mas nelas fundamentada.” (*Top*, I, 1, 100a). Caso o raciocínio dedutivo parta de proposições ou princípios “primordiais e verdadeiros”, ter-se-á um raciocínio demonstrativo. Sendo a partir de proposições conhecidas pela maioria, teremos um raciocínio dialético. Uma proposição primordial e verdadeira usada no raciocínio dedutivo demonstrativo é aquela cuja verdade não precisa ser demonstrada por outras proposições (*Top*, I, 1, 100b), sendo crível por si mesma. No caso das proposições não científicas ou dialéticas, as crenças têm como base a opinião das pessoas comuns e a opinião dos sábios, em sua maioria ou ao todo. Nos *Pr. Anl.* Aristóteles nos diz:

A diferença entre a premissa demonstrativa e a premissa dialética é que a primeira é uma hipótese que faz parte de um par de afirmações contraditórias (uma vez que o demonstrador não pergunta, mas propõe uma questão), embora a última seja uma resposta a uma questão na qual duas afirmações contraditórias são admitidas (*Primeiros Analíticos.*, I, 1, 24a).

Outra variedade de raciocínio dialético-dedutivo é o erístico. Aqui, é importante mostrar que, para Aristóteles, as premissas endoxais são distintas das premissas paradoxais que ele afirma serem usadas pelos sofistas (*Top*, I, 1, 100b). Proposições paradoxais apenas parecem credíveis pela maioria das pessoas comuns ou sábias, assim como as conclusões que são tiradas a partir delas.

A última variedade de raciocínio dedutivo é o falacioso. Neste, a base do raciocínio encontra-se nas proposições científicas. No entanto, essas proposições não se encaixam nas duas definições citadas acima (crível por si mesma ou por todos ou pela maioria das pessoas comuns ou sábias), pois o falacioso “constrói o seu raciocínio a partir de premissas próprias da ciência referida, mas não verdadeiras; ou seja, constrói um falso raciocínio” (*Top.*, I, 1, 100b). Assim, podemos notar que, apesar de existirem variadas formas de raciocínios dedutivos (demonstrativos, dialéticos, erísticos e falaciosos), a sua estrutura lógica dedutiva é única: uma conclusão necessária a partir de certas premissas dadas. Apenas o caráter das proposições sofre variação, isto é, temos proposições verdadeiras, aceitas por todas ou pela maioria, como aparência de aceitas por todos ou pela maioria e as falaciosas. Também podemos distingui-las da seguinte forma: epistêmicas, dialéticas e sofísticas.

Já o raciocínio dialético fundamentado na indução (*epagogé*) tem como base os exemplos, isto é, quando casos particulares dão apoio a esse tipo de argumentação tendo como escopo chegar ao universal (*Top.*, I, 12, 105a). Segundo afirma o estagirita, esse tipo de raciocínio é o que mais convence, pois a clareza e a facilidade de apreensão dos exemplos facilita o entendimento do ouvinte. No entanto, o raciocínio dedutivo possui um poder de demonstração maior, facilitando, neste caso, rebater o argumento do interlocutor.

Temos, por fim, os elementos necessários para definir o entimema, veremos que sua estrutura silogística e dialética criará uma forma peculiar de argumentação própria do discurso retórico. Vamos então ao conceito de entimema.

3. O Entimema

A função da retórica é tratar de assuntos sobre os quais pode existir uma deliberação: “Nós deliberamos sobre as questões que parecem admitir duas possibilidades de solução, já que ninguém delibera sobre as coisas que não podem ter acontecido, nem vir a acontecer, nem ser de maneira diferente; pois, nesses casos, nada há a fazer” (*Ret.*, I, 1356b). Nesses assuntos deliberativos, podem-se formar silogismos partindo de premissas que já foram demonstradas através de outros silogismos ou de premissas que ainda não foram demonstradas. No primeiro caso, a demonstração torna-se difícil pela grande quantidade de premissas, pois Aristóteles pressupõe que o orador estará diante de um público incapaz de seguir uma argumentação mediante uma longa cadeia de raciocínios e assim não se atinge o objetivo do discurso: a persuasão. No segundo caso, tratando-se de premissas sobre as quais os interlocutores não estão de acordo, não se atinge igualmente o objetivo do discurso, pois as premissas não são assentidas pela maioria. Assim, o entimema é um silogismo que se compõe de poucas proposições, as quais, em geral, são aceitas pela maioria das pessoas, facilitando dessa forma a compreensão dos ouvintes:

O entimema [é] formado de poucas premissas e em geral menos do que o silogismo primário. Porque se alguma dessas premissas for bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre. Como, por exemplo, para concluir que Dorieu recebeu uma

coroa como prêmio da sua vitória, basta dizer: pois foi vencedor em Olímpia (*Ret.*, I, 1357a).

Segundo Aristóteles, toda deliberação, por comportar soluções contrárias, não tem o caráter da necessidade (*Ret.*, I, 1356b). Assim, as premissas dos entimemas são, em sua maioria, contingentes, enquanto na demonstração científica as premissas têm um caráter necessário. Uma proposição matemática, por exemplo, “deve ser verdadeira, independentemente da circunstância e do momento em que é pronunciada” (DINUCCI, 2008, p. 20). Na retórica, por outro lado, os argumentos devem ser assentidos por ambas as partes (o interpelado e a audiência), e as premissas não são verdadeiras no sentido estrito ou científico do termo, pois, enquanto a verdade das demonstrações científicas depende da universalidade das suas proposições, o assentimento à deliberação retórica depende das circunstâncias em que são pronunciados seus argumentos. Por isso, “a retórica não pode ser considerada uma ciência: não está fundada em conceitos gerais, mas em fatos acontecidos com determinada frequência” (Voilquin e Capelle in ARISTÓTELES, 1980, p. 22, Introdução). Como também afirma Vernant:

Historicamente, são a retórica e a sofística que, pela análise que empreendem das formas do discurso como instrumento de vitória nas lutas da assembleia e do tribunal, abrem caminho às pesquisas de Aristóteles ao definir, ao lado de uma técnica de persuasão, regras da demonstração e ao pôr uma lógica do verdadeiro, própria do saber teórico, em face da lógica do verossímil ou do provável [...] (VERNANT, 2008, p. 54-55).

De acordo com o princípio do terço excluído², a verdade ou a falsidade de uma premissa se dá quando a negação e a afirmação de um predicado a um sujeito se dão em situações distintas. Caso alguém afirme ser um objeto azul ou branco, isso poderá ser verdadeiro ou falso. Não pode haver um meio termo entre eles, como uma cor entre o azul e o branco, pois assim não se diria nem o verdadeiro nem o falso. O ser como verdadeiro e o não ser como falso se dá a partir de uma combinação (*síntesis*) e uma separação (*diáiresis*) de um sujeito e um predicado em uma premissa. A verdade e a falsidade se dão na proposição, ou como diz Aristóteles: “Por combinação ou separação

² “Quem diz de uma coisa que é ou que não é, ou dirá o verdadeiro ou dirá o falso. Mas se existisse um termo médio entre os dois contraditórios, nem do ser nem do não ser poder-se-ia dizer que é ou que não é” (*Metafísica.*, IV, vii, 1011b).

no pensamento eu entendo pensá-los [ser e não ser] não como uma sucessão, mas como uma unidade; pois a falsidade e a verdade não estão nas coisas, o bom, sendo verdadeiro, e o mal, falso, mas no pensamento” (*Metafísica*, VI, iii, 1027b, p. 307). Dessa forma, as premissas do entimema podem ser verdadeiras no sentido dado por Aristóteles, ou seja, dentro de uma estrutura silogística válida; no entanto, elas não serão, assim como as premissas científicas, necessárias. Isso significa dizer que elas possuem como base as probabilidades (*eikóta*) e os sinais (*sēmeíon*).

A probabilidade é definida pelo estagirita como aquilo que acontece não sempre, mas na maioria das vezes. São assuntos que podem mudar sua natureza a depender das circunstâncias (*Primeiros Analíticos*, II, 70a). É a mesma relação que existe entre uma premissa universal (A ou E) e uma particular (I ou O). O sinal tem como base a relação entre dois fatos. Por ele, duas relações podem ser feitas: de uma premissa particular para uma universal e de uma universal para uma particular. Quando um sinal é irrefutável (*tekmérion*), é considerado necessário, e, a partir dele, podem-se formar silogismos.

As relações entre o particular e o universal e entre o universal e o particular são ilustradas por Aristóteles da seguinte forma: “Um sinal de que os sábios são justos é que Sócrates era sábio e justo.” Embora a sentença “Sócrates era sábio e justo” seja verdadeira, o sinal é refutável, pois dele não se pode raciocinar silogisticamente (*Rt.*, I, 1357b). Um exemplo de sinal necessário seria: “É sinal de uma pessoa estar doente o ter febre, ou de uma mulher ter dado a luz o ter leite” (*Rt.*, I, 1357b). Nesse caso, sendo as premissas verdadeiras, a conclusão é irrefutável (*tekmérion*). Um exemplo da relação do universal com o particular seria: “É sinal de febre ter a respiração rápida” (*Rt.*, I, 1357b). Ainda que este sinal seja verdadeiro, é passível de refutação, já que nem sempre respiração rápida é sinal de febre. Assim, como nos diz Ross, a diferença entre o entimema e o silogismo científico não está apenas no caráter provável de suas premissas, mas também nos sinais que “infere as causas a partir dos efeitos, e os efeitos a partir das causas” (1959, p. 36).

O sinal pode ser tomado de três formas, a depender da posição do termo médio. Ou seja, ele pode assumir a aparência da primeira, segunda e terceira figuras do silogismo. **O exemplo do sinal de a mulher ter dado a luz é o de ter leite é um silogismo de primeira figura, porque o termo médio “ter leite”, se tomarmos um silogismo completo, é sujeito na premissa menor e predicado na maior (*Primeiros Analíticos*, II, 70a).**

As premissas que compõem o entimema são identificadas como prováveis, isto é, como aquilo que acontece na maioria das vezes, o que a descaracteriza como uma premissa necessária. Para Walton (2001, p. 94), um problema decorre da interpretação desse termo. Ele não concorda em caracterizar o *eikós* como probabilidade, pois, segundo afirma, “este fato histórico tem sido muitas vezes uma fonte de perplexidade e confusão, e às vezes ele sequer foi levado para indicar um defeito ou contradição no tratamento de Aristóteles dado ao entimema” (WALTON, 2001, p. 94). Devemos reconhecer que os entimemas estão fundamentados não apenas para os critérios formais (estrutural), mas também para os informais, que são conhecidos como conhecimento comum. Esse tipo de conhecimento, o *eikós*, não pode ser confundido como probabilidade, mas sim como plausibilidade, noção esta que permeia a doutrina do entimema em Aristóteles.

A fundamentação para os entimemas é encontrada em premissas conhecidas como “hipóteses aceitáveis” (WALTON, 2001, p. 104). São descritas dessa forma porque têm como base o conhecimento comum ou assuntos familiares ao público. São tão familiares que podemos prever a premissa faltante no silogismo. Esse método, bastante comum, tanto da dialética quanto na retórica antigas, foi muito usado pelos sofistas como “argumento do *eikós*” ou do “parecer provável” (WALTON, 2001, p. 105). A tradução para o inglês desse termo a partir do latim o deixou conhecido como “argumento de probabilidade”, o que possibilitou a confusão entre os termos “provável” e “plausível”. Isso se dá porque o primeiro indica algo que tem poucas ou grandes chances de acontecer; o segundo, de acordo Walton (2001, p. 105), “está baseado na compreensão subjetiva de uma pessoa de como algo pode normalmente ser previsto acontecer em uma situação corriqueira”. A plausibilidade usada pelos antigos tem como fundamento o que nos dias atuais é comumente conhecido como “empatia”: capacidade de se colocar no lugar do outro. Para explicar isso melhor, Walton toma uma imagem utilizada por Aristóteles:

Se um homem não dá pretexto a uma acusação, por exemplo, se, sendo fraco, for acusado de violências (porque não é provável); mas se der razão a uma acusação, por exemplo, se for forte (dir-se-á que não é provável, justamente porque ia parecer provável). O mesmo se diga em relação a outros casos, uma vez que, forçosamente, um homem dá ou não dá razão a ser acusado” (*Rt.*, II, 1402a).

Tomemos dois homens identificados um como fraco e o outro forte. O mais fraco faz uma apelação ao júri indagando se é provável que ele, sendo o mais fraco, poderia ter agredido alguém mais forte do que ele. Colocando-se no lugar do homem mais fraco, e tendo a ideia de que sendo ele uma pessoa razoável, seria pouco provável sua atitude de agredir uma pessoa mais forte, a não ser que estivesse em desespero; a conclusão seria a possibilidade da agressão por parte do mais fraco e a probabilidade de que esse fato não tenha acontecido. A plausibilidade conta contra a hipótese da agressão por parte do homem mais fraco. Apesar disso, o argumento eikótico pode ser usado também de forma contrária: o homem mais forte pode pedir para que o júri se coloque em seu lugar e analise se seria possível se ele, sabendo que seria acusado por ser mais forte, poderia agredir alguém mais fraco do que ele. Ou seja, não seria plausível ele atacar o outro homem: “O argumento eikótico inverso chega à conclusão oposta à que concebemos para o argumento eikótico original. Assim, é possível ter argumentos eikóticos que suportam ambos os lados em um conflito de opiniões” (WALTON, 2001, p. 105).

3.1 Os Entimemas Demonstrativos

É esta a razão pela qual os oradores incultos são mais persuasivos do que os cultos diante de multidões; como dizem os poetas, os incultos são mais inspirados pelas musas diante da multidão. Com efeito, os primeiros enunciam coisas comuns e gerais, os segundos baseiam-se no que sabem e no que está próximo de seu auditório (*Rt.*, II 22, 1395b).

O termo “inculto” (*apaidéutous*) pode ser traduzido por “sem instrução, ignorante, grosseiro ou estúpido”. Pode-se entender que um orador sem conhecimento algum tenha mais chances de persuadir o público do que outro que tenha bastante instrução. No entanto, a citação é bastante clara quando diz que os ‘incultos’ dizem coisas que são mais do conhecimento do público. Isso não significa que eles não possuam conhecimento, mas, de uma forma diferente daquela usada pelos cultos, eles partem das opiniões de seus juízes (o público). O conhecimento é necessário, pois sem ele o entimema torna-se apenas um corpo vazio, sem conteúdo e inútil no que diz respeito à persuasão.

Na *Ret.* (II, 1396b), Aristóteles nos mostra que o orador, em primeiro lugar, deve ter ciência do assunto a ser tratado: política, guerra, arte, etc., sejam quais forem os assuntos em pauta, todos os argumentos devem ser pertinentes a cada tema, pois, como afirma, nenhuma conclusão pode ser tirada se as premissas não forem específicas:

Como poderíamos aconselhar os atenienses a entrar ou não entrar em guerra se não tivéssemos conhecimento do seu poderio militar [...] Como poderíamos fazer o elogio deles se não tivéssemos conhecimento de combate naval de Salamina ou da batalha de Maratona, ou dos feitos protagonizados pelos Heraclidas e de outras proezas semelhantes? [...] O mesmo se passa com as censuras feitas a partir dos elementos contrários, considerando se os censurados têm ou parecem ter alguma coisa de reprovável em matéria de censura. Do mesmo modo, os que fazem acusações ou agem como defensores dispõem, para a sua argumentação, de fatos pertinentes” (*Rt.*, II, 1396b).

O conhecimento prévio do assunto a ser discursado dá uma vantagem ao orador, pois ele pode separar, com antecedência, todos os argumentos pertinentes. Aristóteles não deixa de levar em consideração o improvisado, mas sempre lembrando que, mesmo assim, as premissas não devem fugir do tema. A quantidade de premissas específicas também é importante, pois, à medida que aumenta seu número, ela diminui espaço para os argumentos comuns a vários gêneros. No entanto, mesmo tendo o domínio sobre determinado assunto, não conseguirá o orador ser persuasivo sem levar em conta as duas estruturas descritas por Aristóteles para os entimemas: demonstrativos (*deiktiká*) e refutativos (*elenktiká*). O estagirita fala de um terceiro tipo, o entimema aparente, mas não o considera como tal (i.e. um silogismo) porque não possui uma estrutura silogística. Porém, se tanto o entimema demonstrativo quanto o refutativo possuem uma utilidade em dois campos que o próprio nome já indica, o entimema aparente, assim entendemos, tem maior utilidade no tocante à defesa que ao ataque – isto é, a sua descrição torna-se mais útil àqueles que a descortinam para que a verdade não seja prejudicada do que para aqueles que a usam como recurso a persuasão.

“O entimema demonstrativo é aquele em que a conclusão se obtém a partir de premissas com as quais se está de acordo” (*Rt.*, II, 1396b). A demonstração aqui descrita vai além de uma simples estrutura silogística. Com vimos, as premissas retóricas são comuns, não paradoxais, e um argumento apenas pode ser considerado demonstrado se houver uma concordância entre o público e o orador. Este deverá conhecer os lugares

(*tópos*) de onde retirará as premissas para sua demonstração. Eles deverão ser examinados pelo orador, pois a refutação ou não de uma entimema depende dessa análise. Aristóteles elenca vinte e oito tópicos os quais não serão todos expostos aqui de forma detalhada. Iremos primeiramente enumerá-los; em seguida, exporemos apenas o primeiro o e o quarto para entendermos o método usado pelo filósofo.

Ele começa afirmando que um dos tópicos dos entimemas demonstrativos é retirado dos seus contrários; o seguinte das flexões causais semelhantes; das relações recíprocas; do mais e do menos; da observação do tempo; pegar as palavras proferidas contra nós e devolvê-las; partindo da definição; dos diferentes sentidos de uma mesma palavra; da divisão; da indução; de um julgamento sobre casos idênticos, iguais ou contrários; das partes; das consequências; utilizar o tópico anterior para aconselhar ou desaconselhar; deduzir o contrário tendo como base uma destas afirmações: “já que em público não se louvam as mesmas coisas que em privado, uma vez que em público se louvam sobretudo as coisas justas e belas, e que em privado se preferem as que são úteis” (*Rt*, II, 1399a, p. 223); das consequências por analogia; das mesmas consequências e mesmas causas; do que não é toda vez que se escolhe a mesma coisa antes e depois, mas durante; do que alguma coisa poderia ser é a causa efetiva do que seja; examinar as razões porque aconselham e desaconselham; dos fatos improváveis acontecerem porque não se acreditam que eles não existem; examinar os pontos contraditórios; explicar a busca do que é estranho; da causa e efeito; do fato de se fazer algo melhor do que aquilo que se aconselha; examinar o contrário de algo que já foi feito; acusar ou se defender a partir do erro da parte contrária e, por fim, do nome. Vamos então analisar o tópico um e o quatro.

No primeiro, o orador deve perceber se uma premissa contrária está entendida em outra. Aristóteles exemplifica com versos de Eurípedes, mostrando que, se a mentira é persuasiva, seu contrário também pode ser. O mesmo é dizer que, se a guerra é um mal, a paz é o seu remédio. Pelo quarto, relações recíprocas, deve-se perceber se a prática de uma boa ação pertence a um termo diferente de cumprir uma boa ação. Por exemplo, se vender cigarros não é uma ação ruim, também não o é comprar – ou seja, as ações de quem sofre e quem pratica possuem a mesma qualidade. Nesse caso, afirma Aristóteles, existe a possibilidade de erro no raciocínio, ou paralogismo: “Com efeito, se alguém sofreu justamente um castigo, justamente o sofreu, mas talvez não imposto por

ti. Por isso convém examinar à parte se o paciente merecia tal castigo e se o agente agiu justamente e, em seguida, aplicar a ambos o argumento apropriado” (*Rt.*, II, 1397a).

3.2- Os Entimemas Refutativos

O entimema refutativo “conduz a conclusões que o adversário não aceita” (*Rt.*, II, 1397a, p. 216). Podemos usar, de acordo Aristóteles (*Rt.*, II, 1402a), os entimemas de duas maneiras para realizar uma refutação ou expor uma objeção. Como os entimemas possuem um caráter comum, aceitos pela maioria, é natural que existam opiniões distintas. Isso possibilita a formação de um silogismo contrário a um determinado pensamento. Uma objeção, por sua vez, é extraída de quatro tópicos: “do próprio entimema, ou do seu semelhante, ou do seu contrário, ou de coisas já julgadas” (*Rt.*, II, 1402a).

Quando se fala que uma refutação pode ser retirada do próprio entimema, isso significa que, quando uma pessoa faz, por exemplo, um elogio sobre o amor, pode-se refutá-la afirmando que pode haver amores que não fazem bem; uma refutação a partir de um entimema semelhante dá-se quando afirmamos o contrário do que diz um entimema, por exemplo: quem sofre injustiça, sempre quererá vingança. A refutação: quem não sofre injustiça, nunca será vingativo; do contrário: se quem é rico é avarento, podemos refutar com o seguinte entimema: quem é pobre é generoso; refutar a partir de coisas já julgadas pode ser exemplificado pelo próprio Aristóteles: “Se o entimema diz que convém ser indulgente com os bêbados, porque pecam por ignorância, deve objetar-se que, nesse caso, Pítaco não merece qualquer elogio, uma vez que não promulgou penas mais severas para os que cometem faltas em estado de embriaguez” (*Rt.*, II, 1402b). Precisamos explicar melhor como se dá a refutação na retórica e a relação que se dá entre ela, as probabilidades e os sinais.

De acordo com Aristóteles (*Rt.*, II, 1402b), a formulação do entimema se dá mediante quatro lugares distintos. O da probabilidade: quando, na maioria das vezes um caso pode ser confirmado ou não. Por exemplo: quando, a partir de casos particulares, chega-se a uma conclusão universal. O do *tekmérion*: dos que nascem do necessário, ou seja, quando suas premissas são verdadeiras e apoiam a conclusão; do sinal: quando generalizamos uma situação particular. Ora, esses quatro tópicos formadores de

entimemas, por trabalharem como o que pode ou não, ou com o que parece ser ou não, deixam margens para uma refutação.

Necessidade e probabilidade são coisas distintas. O público, por vezes, confunde-as: se algo acontece uma grande quantidade de vezes, podemos, equivocadamente, tomá-lo por algo necessário. A eficiência da refutação se dá quando a prova consiste em mostrar que um fato é ou não provável, mas também se é ou não necessário.

A refutação dos exemplos é análoga à refutação das probabilidades. Não importa a quantidade de casos semelhantes, basta apenas um para a pirâmide da indução desmoronar.

A refutação do *tekmérion* não pode ser feita mostrando que sua estrutura silogística é falha, mas sim mostrando que não é um argumento oportuno.

3.3- Os Entimemas Aparentes

Existem nove tópicos pelos quais podemos retirar entimemas aparentes. O primeiro origina-se da própria expressão, quando se conclui algo que ainda não foi concluído: se não é bandido, é um homem de bem. A semelhança com o entimema se dá mediante o artifício que une várias passagens já demonstradas por outros silogismos, por exemplo, “salvou uns, castigou outros, libertou os gregos” (*Rt.*, II, 1401a).

O segundo vem da homonímia, que ocorre quando alguém usa da semelhança entre as palavras para formar um falso entimema. Por exemplo: “Dizer que um rato (*mýs*) é um animal de mérito porque dele procede o mais venerado rito de iniciação, uma vez que os mistérios (*mýsteria*) são as cerimônias mais veneráveis de todas” (*Rt.*, II, 1401a).

O terceiro tópico consiste em unir ou separar dois termos distintos com o fim de persuadir. Por exemplo: “Existe vida fora da Terra”. Os termos “vida” e “fora da Terra” são conhecidos, mas nem por isso podem ser entimemas conclusivos: “E o mesmo se diga nas ocasiões em que alguém sustenta que conhecer as letras é conhecer a palavra, uma vez que a palavra é o mesmo que a letra” (*Rt.*, II, 1401a).

O quarto tópico dá-se quando alguém cria um argumento ou tenta refutá-lo, utilizando do exagero. Nesse caso, não se provando que um fato tenha acontecido ou não, usa-se uma amplificação: “na realidade, não há entimema, porque o ouvinte cai em paralogismo ao julgar o que o acusado fez ou não fez, sem que tal esteja demonstrado” (*Rt.*, II, 1401b).

O quinto tópico tem sua base no signo porque relaciona termos distintos na frase, fazendo com que um dependa do outro. Por exemplo: “Se alguém dissesse que Dionísio é ladrão, porque é mau. Ora, isto não é um silogismo, porque nem todo homem mau é ladrão, embora todo ladrão seja mau” (*Rt.*, II, 1401a).

No sexto tópico Aristóteles nos fala do entimema aparente que tem como base o acidente. Ele cita como exemplo que Polícrates teria afirmado serem os ratos heróis por terem roído as cordas dos arcos e as correias do exército assírio na expedição Senaqueribe, no Egito³ (*Rt.*, II, 1401b).

Já o sétimo retira um entimema aparente mediante a consequência. Por exemplo, alguém pode possuir um belo piano, ter diversas partituras de Mozart, conhecer variados pianistas famosos e nem por isso tocar piano.

O oitavo nos fala de uma causa aparente. Por acontecer um fato após o outro, podemos nos confundir achando que uma coisa está ligada a outra: “Demades dizia que o governo de Demóstenes era a causa de todos os males, porque depois dele veio a guerra” (*Rt.*, II, 1401a).

O nono tópico é o da “omissão do quando e do como” (*Rt.*, II, 1401a). Quando alguém, por exemplo, afirma que um zagueiro de um time de futebol foi eficiente ao retirar a bola do atacante, mas omite que para isso ele fez algo não permitido: uma falta.

O último tópico consiste em considerar uma coisa em relação à outra, mas nunca absolutamente: “Na Dialética, afirmar que o não-ser existe porque o não-ser é não-ser; e que o desconhecido é objeto de conhecimento, porque o incognoscível, enquanto incognoscível, constitui objeto de conhecimento científico” (*Rt.*, II, 1401a).

³De acordo com Manuel Alexandre Júnior (*Rt.*, II, 1401b, p. 232, nota de rodapé), esse episódio encontra-se no livro de Heródoto, sofista conhecido por escrever a *Acusação de Sócrates* em 393-394 a.C, intitulado *O Panegírico do Rato*. Nele, o sofista valoriza os ratos por roerem as cordas dos arcos e dos carros de guerra do exército assírio.

4. O Entimema e as Premissas Implícitas

Um silogismo completo tem suas premissas expostas em um debate dialético ou em um discurso. Quando não formulado dessa maneira, ele é considerado incompleto. Tendo essa estrutura, o entimema está voltado para o público, ele convida os ouvintes a suprir as premissas faltantes a partir de seus próprios conhecimentos. De acordo com BERTRAND (2009, p. 5), o enunciado proferido pelo orador lança uma dificuldade que já está resolvida de forma implícita. O entimema deixa por conta do ouvinte o trabalho intelectual de completar o raciocínio, tornando essa ferramenta retórica “sensível, passional e estética” (BERTRAND, 2009, p. 5). Sensível porque os argumentos contraditórios dados resumidamente pela refutação feita pelo entimema geram associações mais sensíveis para que o público disponha dele mesmo para concluir – ou seja, o público fica mais empolgado ao completar por ele mesmo as premissas ausentes. Passional, pois impressiona mais. E estética porque “uma das principais belezas do discurso é estar cheio de sentido e dar oportunidade à mente para formar um pensamento mais extenso que o expresso” (ARNAUD & NICOLE *apud* BERTRAND, 2009, p. 4):

O silogismo truncado propicia ao ouvinte o prazer de realizar ele próprio o essencial na construção do argumento, de assumir o termo co-fundador da categoria, permitindo-lhe, assim, realizar, ao fazê-lo seu, o percurso como um todo (BERTRAND, 2009, p. 5).

Bertrand nos propõe entender o entimema como um “espaço deixado vago no discurso, como uma vacuidade que a interpretação vem preencher” (BERTRAND, 2009, p. 3). Esse vazio deliberativo, apesar de não ser o escopo principal da retórica aristotélica, é uma das suas características principais, pois, como se trata de um discurso e não de um debate dialético, o público deve, por si mesmo, preencher o argumento que possui uma aparência de incompleto por não ter presente, por vezes, a premissa maior, a menor ou a conclusão. No entanto, a falta de um desses elementos não pode ser considerada estritamente uma falta, uma incapacidade do orador ou uma deficiência do raciocínio, pois faz referência a um lugar não paradoxal, comum, em que o público possui um suposto conhecimento adquirido ao longo de uma experiência partilhada por todos. Bertrand nos dá um exemplo de uma religiosa portuguesa: “Sou mais feliz que

vós, pois sou mais ocupada”. Nesse exemplo, a religiosa toma a ocupação como uma prova cabal, não necessitando expressar o raciocínio de forma completa: “Toda pessoa feliz é uma pessoa ocupada, Ora, sou mais ocupada que vós, logo, sou mais feliz que vós” (BERTRAND, 2009, p. 3). Com sua característica incompleta, o entimema é um legítimo representante da diferença entre a completude do pensamento e a imperfeição da linguagem expressa pelo orador: “um silogismo perfeito no espírito, mas imperfeito na expressão, uma vez que dele se suprime uma das preposições por esta ser muito evidente ou muito conhecida e facilmente suprida pela mente daqueles a quem se fala” (ARNAUD & NICOLE apud BERTRAND, 2009, p. 4).

A “perfeição” do entimema na mente se dá porque nosso intelecto completa a proposição implícita. Já a sua “imperfeição” dá-se pelo fato de a linguagem, por si só, não suprir essa falta. Ou seja: o entimema é uma peça de um jogo intelectual no qual certas etapas são supridas pela nossa própria mente. Por isso o cuidado por parte do orador de conhecer a história, os medos, as fraquezas dos seus ouvintes, pois sem conhecer e levar em conta esses fatores torna-se grande o risco do entimema não ser compreendido. No entanto, corre-se o risco de que, mesmo sendo um conhecimento partilhado pela maioria, isso possibilitaria que o ouvinte completasse o argumento de uma forma não esperada pelo orador. Ou seja, existe a possibilidade de que as premissas que o orador tem em mente sejam diferentes daquelas presentes nos pensamentos do público.

Walton (2001, p. 93) assevera que um entimema, em sentido lato, é um argumento que possui uma ou mais premissas ou uma conclusão não explícita. Por vezes, eles são descritos como argumentos “com premissa faltantes”. Para ele, esses termos soam estranhos porque muitas vezes não só as premissas tornam-se implícitas, mas também a conclusão. Dois problemas originam-se desse fato: o primeiro porque se as premissas implícitas ou suprimidas podem ser inferidas pelo orador em um argumento, qualquer pessoa pode ter opiniões diferentes sobre as quais são as premissas a serem completadas. O outro, porque o preenchimento das partes faltantes de um entimema depende de uma interpretação da linguagem em que o argumento foi apresentado para tentar determinar o que o orador quis dizer.

Um argumento estruturalmente correto, podemos afirmar, não deixa ausente nenhuma de suas premissas. Ou seja: não deixa de expressar todos os elementos pertencentes ao silogismo. Um entimema, como já foi exposto, por tratar de um tema

conhecido por todos ou, aristotelicamente falando, não paradoxal, tem a possibilidade de suprimir alguma premissa ou a própria conclusão a fim de facilitar a compreensão dos ouvintes. Vejamos o famoso argumento da mortalidade: “Todos os homens são mortais; logo, Sócrates é mortal”. Nesse caso óbvio, o preenchimento da premissa faltante é feito de forma praticamente automática: “Sócrates é homem”. No entanto, o problema é “que, se for dada carta branca para preencher com qualquer proposição de modo a tornar as inferências estruturalmente corretas, podemos inserir suposições no texto do discurso que o orador ou a audiência não perceberam que estavam lá, que eles não aceitam ou nem mesmo consideram como sendo parte do argumento” (WALTON, 2001, p. 94). Para que isso não aconteça, o orador deve ter em mente um conhecimento sistematizado sobre ele. Isso significa que o retórico saiba como vivem e o que sentem seus juízes. O público é uma construção do orador, e essa construção deve ser o mais próxima da realidade possível, caso contrário, as consequências não serão as desejadas pelo retórico, como coaduna Perelman e Tyteca:

Uma argumentação considerada persuasiva pode vir a ter um efeito repulsivo sobre um auditório para o qual as razões pró são, de fato, razões contra. O que se disser a favor de uma medida, alegando que ela é capaz de diminuir a tensão social, levantará contra tal medida todos os que desejam que ocorram distúrbios. O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 22).

Uma premissa necessária em um argumento, quando não expressa pelo orador, pode levar o argumento a ser compreendido como estruturalmente incorreto. Já quando temos premissas comuns em um argumento, mesmo não sendo expressas, a estrutura do argumento não pode ser considerada incorreta, pois, mesmo ausentes, elas fazem parte do discurso por sua identificação por parte do ouvinte. Entretanto, observa Walton (2001, p. 95), por mais conhecido que seja o tema, o orador pode confundir, enganar ou usar uma linguagem falaciosa pela qual uma proposição pode distorcer a argumentação. A tarefa do orador de deixar uma premissa ou uma conclusão implícita, ou a tarefa do ouvinte de preencher um argumento pode trazer um problema para o entimema que vai além de sua estrutura formal. Quanto a isso, Bertrand (2009, p. 5) não vê nesse ato do público de completar o entimema um problema, pois é mediante isso que a retórica abre as portas aos ouvintes para participarem do discurso: Aristóteles fornece um espaço ao

público, conferindo-lhe não somente um caráter receptivo (passivo), mas também ativo no discurso:

O entimema torna-se o lugar do encontro e do conflito das enunciações, da crença partilhável, partilhada ou não. A alternativa proposta por ele é, assim, uma fonte potencial de debate, de contestação, mas também de abertura para o imaginário. É o lugar do enigmático, do discurso que solicita e motiva a interpretação, mas também o que, na leitura de obras literárias, por exemplo, surpreende, captura e cativa o leitor. (Bertrand, 2009, p.5)

O que Bertrand afirma é que, mesmo o entimema sendo uma construção intelectual realizada tanto pelo orador quanto pelo público, o problema gerado por isso não tira a grandeza dessa ferramenta retórica, pois torna o discurso mais dinâmico, vivo e abre espaço para a razão trabalhar de forma livre. No entanto, Bertrand parece esquecer-se do objetivo da retórica: a persuasão. Em nenhum momento o orador pode pressupor que o seu público pense de outra maneira daquela proposta por ele ao tornar implícita alguma premissa do seu argumento. A interpretação deve ser guiada pelo orador, e a posição ativa do público pode gerar um problema de interpretação que enfraquecerá o entimema. Bertrand está levando em consideração apenas o papel do público e não vê a possibilidade de uma “montagem” não prevista do silogismo retórico. Assim, podemos demonstrar que nossa visão coaduna com uma passagem da *Ret.*:

De todos os silogismos refutativos e demonstrativos, os de maior aplauso são aqueles em que, sem serem superficiais, se prevê desde o início a conclusão (porque os ouvintes sentem-se, ao mesmo tempo, mais satisfeitos, pelo fato de os terem pressentido), assim com aqueles que só são entendidos à medida que vão sendo enunciados (*Rt.*, II, 1400b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ARISTÓTELES, *Art of Rhetoric*, Translation by John Henry Freese, 10^a edition, Massachusetts: Loeb Classical Library, 2006.

_____, *Arte Retórica e Arte Poética*, Trad. de Antônio Pinto de Carvalho, Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1985 (Coleção Universidade de Bolso).

_____, *Categories, On Interpretation, Prior Analytics*. Trans. H. P. Cooke and H. Tredennick, 06^a edition, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1983.

_____, *Methaphysics*, Translation by Hug Tredennick, 09^a edition, Massachusetts: Loeb Classical Library, 1989.

_____, *Retórica*, Trad. de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, e Abel do Nascimento Pena, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005 (Biblioteca de Autores Clássicos).

_____, *Tópicos*, Trad. de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, e Abel do Nascimento Pena, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007 (Biblioteca de Autores Clássicos).

BERTRAND, Denis, *Entimema e Textualização*, Trad. de Dilson Ferreira da Cruz Jr., Vol. 7n.2, Cadernos de Semiótica Aplicada, dezembro de 2009.

CASSIN, Bárbara, *Aristóteles e o logos: contos da fenomenologia comum*, Tradução de Luiz Paulo Rouanet, Edições Loyola: São Paulo, 1999.

DINUCCI, Aldo Lopes, Kairós, Retórica e Ética em Górgias de Leontinos, *Revista Controvérsia*, UNISINOS, vol. 4, n° 1, 2008.

_____, Platão entre a Retórica e a Filosofia, *Prometeus: Filosofia em Revista*, ano1, volume 2, Dezembro de 2008.

_____, *O status do princípio de não-contradição nos Primeiros Analíticos de Aristóteles*, *Revista Trama* – Número 10 – 1999.

ISIDRO PEREIRA, S.J., *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, 5^a Edição, Lisboa: Livraria Apostolado da Imprensa, 1976.

PERELMAN, Chain, TYTECA OLBRECHTS, Lucie, *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, Trad. de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2^a Edição, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Oliver, *Introdução à Retórica*, Trad. de Ivone Castilho Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VERNANT, Jean Pierre, *As origens do pensamento grego*, 17ª Edição, Trad. Ísis Borges B. da Fonseca, Rio de Janeiro: Difel, 2008.

WALTON, Douglas, Enthymemes, Common Knowledge, and Plausible Inference in *Philosophy and Rhetoric*, Vol. 34, No. 2, The Pennsylvania State University, University Park, PA. 2001.